

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.908 - GO (2019/0174424-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : TORA LOGISTICA ARMAZENS E TERMINAIS MULTIMODAIS S/A  
**ADVOGADO** : CÉLIA MARIA SILVÉRIO TAMEIRÃO E OUTRO(S) - MG059326  
**AGRAVADO** : PATRICIA BATISTA DE ARAUJO  
**ADVOGADOS** : JARED OZEAS DE SANTANA - GO024642  
DIVINO OZÉAS DE SANTANA - GO018821  
**INTERES.** : EFRAIN JOSE DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : OVÍDIO INÁCIO FERREIRA - GO001809  
**INTERES.** : JOSE MELO DE BRITO  
**ADVOGADO** : HERMES ALVES DE MORAIS - GO037234

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TORA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS E TERMINAIS MULTIMODAIS S.A. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MULTA EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ILEGITIMIDADE E NULIDADE DA CITAÇÃO. PRECLUSÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CULPA EXCLUSIVA OU CONCORRENTE DA VÍTIMA. DANO MORAL PRESUMIDO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM FIXADO. PENSIONAMENTO MENSAL DEVIDO PARA COMPANHEIRA E FILHA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. JUROS MORA NOS DANOS MORAIS. EVENTO DANOSO.*

*I. A exigência de depósito prévio do valor da multa imposta no julgamento de embargos de declaração para a interposição de apelação somente ocorre na hipótese de reiteração de embargos protelatórios.*

*II. Não se insurgindo a parte contra a decisão interlocutória no momento oportuno, não pode suscitar a matéria em sede de recurso de apelação, em razão da preclusão da matéria já decidida.*

*III. Havendo provas nos autos de que o sinistro ocorreu em virtude da imprudência do motorista, e não existindo qualquer elemento de convicção que demonstre a excludente de sua responsabilidade, resta fulminada a tese de culpa exclusiva ou concorrente da vítima, devendo arcar com os danos morais e materiais sofridos em face da ocorrência de ato ilícito.*

*IV. O dano moral em razão do óbito de integrante do núcleo familiar é presumido, não havendo necessidade de prova da sua ocorrência.*

*V. O valor da indenização por danos morais deve cumprir uma finalidade educativa e preventiva, sem se afastar da razoabilidade, não podendo gerar enriquecimento injustificado, nem empobrecimento desmesurado.*

*VI. A dependência da companheira e dos filhos menores no que tange ao recebimento de pensão advinda do óbito do esposo e pai das requerentes é presumida, sendo, portanto, cabível o pensionamento mensal.*

*VII. Consoante enunciado da Súmula nº. 54, do Superior Tribunal de Justiça, os juros de mora, devem incidir a partir do evento danoso.*

# Superior Tribunal de Justiça

*APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO*" (fl. 798 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 849-856 e-STJ).

Nas razões do especial, além de divergência jurisprudencial, a recorrente apontou contrariedade aos arts. 5º, LV, e 93, IX, da Constituição Federal; 7º, 256, 278, 329, 372, 373, II, 405, 485, VI, e 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015; 186, 265, 844, 927, 944, *caput* e parágrafo único, 945 e 948 do Código Civil de 2002; e 29 do Código de Trânsito Brasileiro.

Alegou, preliminarmente, nulidade absoluta do processo em virtude da invalidade da citação editalícia do terceiro réu, bem como a ilegitimidade passiva da recorrente para responder a ação, pois seria apenas proprietária do reboque, de modo que nunca teve relação empregatícia com o motorista do cavalo mecânico envolvido no acidente (fls. 868-875 e-STJ).

No mérito, sustentou: **(i)** ausência de fundamentação para aplicação da multa por embargos declaratórios considerados protelatórios; **(ii)** cerceamento de defesa, decorrente da impossibilidade de oitiva de testemunha, cuja citação, realizada por edital, é inquinada de nulidade absoluta no parágrafo anterior; **(iii)** cerceamento de defesa, em virtude da inclusão da companheira da vítima do acidente sem que fosse permitido à recorrente comprovar a inexistência de dependência econômica entre eles; **(iv)** danos morais excessivos (R\$ 43.440,00 - quarenta e três mil quatrocentos e quarenta reais) e ausência de fundamento para o pensionamento da companheira até a data em que completará 70 (setenta) anos de idade; **(v)** ausência de solidariedade entre os integrantes do polo passiva da ação indenizatória; e **(vi)** valoração equivocada da prova, pois a culpa pelo acidente seria da vítima, que se encontrava em velocidade incompatível com a via e com a visão voltada para baixo devido à chuva, não observando o veículo à frente no qual colidiu (fls. 875-894 e-STJ).

Sem contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem.

Daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre, o qual foi respondido pela parte adversa às fls. 1.006-1.019 (e-STJ).

A parte agravante peticionou pela concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto (fls. 1.035-1.043 e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial inadmitido foi publicado na

# Superior Tribunal de Justiça

vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, destaca-se que as preliminares de nulidade da citação editalícia do terceiro réu e de ilegitimidade passiva da recorrente não foram conhecidas pelo acórdão embargado em virtude do fenômeno da preclusão, visto que foram apreciadas pela decisão de fls. 315-324 (e-STJ), contra a qual não foi interposto recurso (fls. 786 e 853 e-STJ). Inviável, assim, o conhecimento do recurso no ponto diante da ausência de manifestação do Tribunal de origem.

De igual modo, verifica-se que não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias a alegada ausência de solidariedade e, embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissões porventura existentes, não indicou a parte recorrente a contrariedade ao art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo."*

De outra parte, o acórdão recorrido destacou que os embargos de declaratórios opostos à sentença seriam de fato protelatórios, porque pretenderam somente rediscutir a matéria, sem demonstrar contradição, obscuridade ou omissão na decisão embargada (fls. 784 e 853 e-STJ), de maneira que não há falar em ausência de fundamentação.

Quanto ao alegado cerceamento de defesa, o Tribunal local concluiu que a agravante não teria demonstrado prejuízo (fls. 785 e 853 e-STJ). Daí que o acolhimento da pretensão recursal, nos termos em que posta, demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, procedimento inviável em recurso especial, consoante óbice da Súmula nº 7/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."*

Aludido óbice sumular também tem aplicação no que tange à alegada culpa exclusiva da vítima, porque o Tribunal estadual, a partir do exame das circunstâncias fático-probatórias extraídas dos autos, concluiu que

*"(...) as provas produzidas evidenciam que o acidente decorreu de procedimento imprudente estabelecido pelo condutor do caminhão, José Melo de Brito, quando este, motivado por falha mecânica, estacionou seu veículo na faixa externa da rodovia sem proceder aos cuidados subsequentes, bem como por não expor, na traseira da carreta a faixa refletiva obrigatória" (fl. 790 e-STJ).*

Por fim, no que se refere ao valor dos danos morais e ao pensionamento da companheira até os 70 (setenta) anos de idade, além de a dependência econômica ser

# Superior Tribunal de Justiça

presumida nesses casos de acidente que vitima integrante de família de baixa renda, o acórdão recorrido encontra ressonância na orientação desta Corte Superior, conforme se verifica dos seguintes julgados:

*"CIVIL. AGRAVO INTERNO NO APELO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL. DANO MORAL E MATERIAL. PROCEDÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR E FIXAÇÃO DA REPARAÇÃO MORAL E MATERIAL. CONVICÇÃO FIRMADA COM BASE NOS FATOS DA CAUSA. TERMO FINAL DO PENSIONAMENTO. EXPECTATIVA DE VIDA MÉDIA DO BRASILEIRO, SEGUNDO O IBGE. 70 ANOS DE IDADE. PRECEDENTES. DANO MORAL. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. VERBA FIXADA EM VALOR MÓDICO. ALTERAÇÃO DO QUANTUM. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO.*

*1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. Esta Corte não se presta ao exame de matéria de índole constitucional, cuja análise é afeta ao Supremo Tribunal Federal.*

*3. O Tribunal local reconheceu o dever de indenizar e fixou a verba reparatória com base nos fatos da causa. Reforma do entendimento que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.*

*4. A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que o termo final da pensão devida aos genitores de vítima de acidente de trânsito deve ser a data em que o de cujus completaria 70 anos. Aplicação da Súmula nº 568 do STJ.*

*5. O dissídio jurisprudencial não se encontra comprovado nos moldes previstos no art. 255, § 2º, do RISTJ. 6. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.*

*7. Agravo interno não provido, com imposição de multa."*

(AgInt no REsp 1.696.707/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 12/3/2018).

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DE COMPANHEIRO E PAI DOS AUTORES. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PENSIONAMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS. ART. 544, § 4º, I, DO CPC. SÚMULA 284/STF.*

*1. Não se conhece de agravo regimental que não tenha atacado especificamente todos os fundamentos da decisão agravada (art. 544, § 4º, I, CPC e Súmula 284/STF).*

*2. 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial' (Súmula 7/STJ).*

*3. Admite a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de indenização por*

# Superior Tribunal de Justiça

*danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Valor estabelecido pela instância ordinária que não excede o fixado, em regra, pelos mais recentes precedentes desta Corte, de 500 salários mínimos por familiar vitimado, em moeda corrente.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no REsp 1.370.919/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 27/11/2015).

*"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. MORTE DE FILHO MENOR. DANO MORAL. VALOR EXORBITANTE DA INDENIZAÇÃO. NÃO VERIFICAÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em favor dos pais e irmão do menor falecido.*

*2. Agravo regimental não provido."*

(AgRg no REsp 1.319.170/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 3/2/2016).

No caso dos autos, o valor arbitrado a título de danos morais correspondeu a 60 (sessenta) salários mínimos, quantia que deve ser considerada módica diante dos valores que têm sido referendados por esta Corte Superior e expressados nos precedentes retromencionados, mas que, à míngua de recurso voluntário da parte agravada, devem permanecer como estão.

De outro lado, a pensão por morte nesses casos tem sido deferida até a data em que o falecido completaria 70 (setenta) anos de idade. Porém, alterar o que determinou o Tribunal local conduziria à *reformatio in pejus*, tendo em vista que a companheira é cerca de 15 (quinze) anos mais velha que o autor (fl. 107 e-STJ).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Fica prejudicado o pedido de tutela provisória (fls. 1.035-1.044 e-STJ).

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (fl. 386 e-STJ), os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor dos patronos da parte agravada, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator